

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	VII
----------------------	------------

Capítulo I PROPEDÊUTICA GERAL

INTROITO	1
1.1 Delimitação do objeto	2
1.2 Ordenamento jurídico e sistema jurídico	4
1.3 A norma jurídica	6
1.4 Interpretação do Direito	8
1.5 Princípios jurídicos.....	12
1.6 Valores e limites objetivos.....	14
1.7 Princípios e regras.....	15
1.8 Síntese conclusiva a respeito dos princípios e regras.....	17
1.9 Os ramos didaticamente autônomos do Direito.	20

XI

PAULO AYRES BARRETO

Capítulo II

TRIBUTOS NO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

2.1	A opção do legislador constituinte de 1988 e seus efeitos jurídicos	25
2.2	Competência tributária	27
2.3	Conceitos constitucionais.....	31
2.4	Conceito de tributo	35
2.5	Tributos e suas causas	39
2.6	Classificações no Direito.....	45
2.7	Classificação das espécies tributárias.....	49
2.7.1	Considerações necessárias.....	49
2.7.2	Impostos	57
2.7.3	Taxas	58
2.7.4	Contribuição de melhoria.....	61
2.7.5	Contribuições	64
2.7.6	Empréstimos compulsórios.....	67
2.8	Nossa proposta de classificação.....	69

Capítulo III

CONTRIBUIÇÕES E SUAS ESPÉCIES

3.1	Contribuições no Direito Comparado	75
3.2	Contribuições: suas acepções.....	82
3.3	Contribuições no Direito positivo brasileiro	85
3.4	Contribuições: natureza tributária.....	87
3.5	A parafiscalidade nas contribuições	92

CONTRIBUIÇÕES
REGIME JURÍDICO, DESTINAÇÃO E CONTROLE

3.6	As contribuições como espécies tributárias autônomas.....	94
3.7	As espécies de contribuições	97
3.7.1	As contribuições sociais	98
3.7.2	Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas	107
3.7.3	Contribuições de intervenção no domínio econômico.....	108
3.8	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.....	113
3.9	Contribuições e a vantagem ou benefício	116
3.10	Contribuições: seus traços típicos.....	119

Capítulo IV
PRINCÍPIOS INFORMADORES DAS
CONTRIBUIÇÕES - LIMITES FORMAIS

4.1	Princípio da legalidade.....	122
4.2	Princípio da irretroatividade.....	125
4.3	Princípio da anterioridade.....	125
4.4	Princípio da solidariedade.....	128
4.5	Lei complementar e contribuições	132

Capítulo V
CONTRIBUIÇÕES, CAPACIDADE
CONTRIBUTIVA, EQUIDADE E NÃO CONFISCO

5.1	Princípio da capacidade contributiva.....	136
5.2	Princípio da Equidade.....	138

5.3 Princípio do não confisco.....	140
------------------------------------	-----

Capítulo VI
CONTRIBUIÇÕES: LIMITES MATERIAIS
E QUANTITATIVOS

6.1 Limites materiais	143
6.2 Limites quantitativos.....	146

Capítulo VII
ENCADEAMENTO NORMATIVO NAS
CONTRIBUIÇÕES

7.1 A norma de competência	149
7.2 As imunidades.....	151
7.3 A regra-matriz de incidência nas contribuições	153
7.3.1 O antecedente	153
7.3.2 O consequente.....	154
7.4 Finalidade e destinação do produto da arrecadação: estrutura normativa.....	159

Capítulo VIII
DESVINCULAÇÃO NO PLANO NORMATIVO

8.1 Desvinculação no plano constitucional.....	166
8.2 Desvinculação no plano legal	172
8.3 Desvinculação no nível infralegal.....	175
8.4 Desvio do produto da arrecadação no plano fático	177

CONTRIBUIÇÕES
REGIME JURÍDICO, DESTINAÇÃO E CONTROLE

Capítulo IX
ORÇAMENTO E DESTINAÇÃO
DO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO

9.1	Orçamento e separação dos poderes.....	179
9.2	Aspectos jurídicos do orçamento público.....	181
9.2.1	Unidade orçamentária.....	182
9.2.2	Universalidade orçamentária.....	182
9.2.3	Periodicidade orçamentária.....	183
9.2.4	Equilíbrio orçamentário.....	183
9.2.5	Afetação e não afetação orçamentária.....	185
9.3	Execução orçamentária.....	186
9.4	Desvinculação orçamentária.....	187

Capítulo X
A DESTINAÇÃO DO PRODUTO DA
ARRECADAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL

10.1	Controle da destinação.....	189
10.2	Consequências da desvinculação.....	191
	CONCLUSÕES	197
	REFERÊNCIAS	211